

ROBERTS, JULIA; SHEPPARD, KATHLEEN; HANSSON, ULF R.; TRIGG, JONATHAN R. (ED.) (2020).

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-7_17

Communities and knowledge production in archaeology.

Manchester: Manchester University Press, 250 p.

ISBN 13 978-1526134554/10 1526134551

J. Roberts, K. Shepard, U. R. Hansson e J. R. Trigg têm desenvolvido vários estudos relacionados com a história da arqueologia, procurando explorar diferentes fontes documentais e pontos de vista no sentido de dar a conhecer a diversidade de atores e condições que transformaram a disciplina. Nesta obra, um volume coletivo que reúne onze contribuições, os arqueólogos e as suas práticas são abordados a partir de um inquérito inspirado nas propostas de Ludwik Fleck, David Livingstone, Michel Callon e Bruno Latour. Tais propostas levam a que a produção do conhecimento científico seja compreendida enquanto uma ecologia composta na ativação e redirecionamento de relações entre diferentes atores e diferentes práticas sociais. É tendo em consideração esta ecologia que, em *Communities and knowledge production in archaeology*, os diferentes autores analisam os seus casos de estudo, numa análise que permite apresentar o conhecimento arqueológico como um produto que emerge numa comunidade e do diálogo entre diferentes atores. Diálogo que faz emergir expectativas, confrontos, alianças e surpresas que vão configurando a singularidade dos diferentes contextos históricos analisados. Um diálogo cujo escrutínio nos permite também pensar que comunidade(s) queremos construir com a prática arqueológica.

A orientação teórico-metodológica posta em cena neste volume é explicada por J. Roberts e K. Sheppard no texto introdutório (Introduction: clusters of knowledge). Os autores acima mencionados propõem diferentes

ferramentas para orientar a análise, como é o caso da “teoria ator-rede”, e dos conceitos de “coletividades de pensamento” e “geografia do conhecimento”. Estes instrumentos conceptuais levam a que os investigadores não se centrem apenas na evolução do saber disciplinar ou no contributo de um determinado agente, procurando uma cartografia de relações que explicam a rede que subjaz a tais saberes e atores. É, pois, uma abordagem que enfatiza a dimensão contextual do processo científico para dar a conhecer a infinitude dos espaços da ciência. Nos desdobramentos da cartografia – que implicam um trabalho de arquivo e análise documental de pormenor – vai sendo descoberto, por exemplo, que o conhecimento foi sendo produzido com vozes e gestos entretanto excluídos de narrativas vigentes; ou de relações improváveis que explicam fenómenos de convergência e divergência. É um desdobramento no qual se alarga a possibilidade de se pensar a natureza e permeabilidade social dos espaços da ciência; um desdobramento em que se criam espaços de desconhecimento onde se procurar uma outra voz, um outro gesto, ou outras forças, para compreender os entrelaçamentos e desvios entre os quais se faz ciência.

No âmbito de estudos que adotaram uma orientação teórico-metodológica semelhante, saliente-se dois casos que problematizam a história da arqueologia em Portugal. Um deles é da autoria de Rita Juliana Poloni (2012. *Expedições arqueológicas nos territórios de Ultramar*. Tese de Doutoramento em Arqueologia, Universidade do Algarve), versando sobre a produção de conhecimento arqueológico no contexto das missões antropológicas realizadas em Moçambique, Guiné, Angola e Timor, entre as décadas de 1930 e 1960. Inspirada nas propostas de Michel Callon e Bruno Latour, a autora salienta um conjunto de questões científicas, políticas, pessoais e logísticas que foram tecendo as possibilidades de realizar a investigação arqueológica. O outro trabalho é da autoria de José Ramiro Pimenta (2007. *O 'Lugar do passado' em Martins Sarmento*. Tese de Doutoramento em Arqueologia, Universidade do Minho), estando centrado na figura de Francisco Martins Sarmento. A análise desta personalidade central na história da arqueologia portuguesa é elaborada a partir das propostas de David N. Livingstone. Esta abordagem permite-nos compreender o modo como o pensamento de

Martins Sarmiento sobre a cultura castreja emerge entre diferentes comunidades separadas no espaço e no tempo, explorando as in-coerências de uma identidade, ou de um projeto de comunidade, desdobrada em geografias míticas e de vestígios arqueológicos.

A ênfase na ecologia de relações, expressa no título da obra na palavra *comunidade*, é, segundo as editoras, uma novidade no campo do estudo da história da arqueologia. A este propósito, fazem uma breve resenha acerca de diferentes orientações até agora desenvolvidas explicando que, após alguns trabalhos centrados na história das grandes descobertas e de figuras-chave da arqueologia, o livro *A history of archaeological thought*, de Bruce Trigger, publicado em 1989, teria inspirado um novo conjunto de estudos. Nestes novos estudos, a prática arqueológica é problematizada na sua relação com diferentes questões que definem os contextos históricos em que é praticada. São estudos centrados na relevância social da prática arqueológica, dando a saber o modo como a disciplina reproduz e atualiza dinâmicas sociais, culturais, económicas e políticas. Do desenvolvimento destas perspetivas resultou uma análise mais crítica que permite denunciar preconceitos, desigualdades e assimetrias que trespassam a arqueologia dos dias de hoje, numa crítica sustentada na análise de diferentes arquivos e fontes, cuja exploração foi consolidando esta área de pesquisa com novas questões e métodos. É nesta exploração das possibilidades de estudar a história da arqueologia que se insere este livro. Um livro que, fazendo uso de uma conceptualização da ciência como uma ecologia, nos oferece também a possibilidade de pensar o que é uma comunidade de arqueólogos.

A produção do conhecimento arqueológico em cada capítulo é, pois, perspetivada nos (des)encontros dos interesses e vontades em transformar redes, saberes e poderes; (des)encontros que lançam as condições para a edificação das comunidades de arqueólogos e do conhecimento arqueológico. Vejamos sumariamente o conteúdo de cada um dos capítulos. M. Milosavljević discute o isolamento da prática arqueológica na Sérvia da segunda metade do século XX e o modo como uma rede informal de comunicação foi permitindo a transformação da disciplina (Capítulo 1). J. E. Snead estuda, a partir do arquivo do Smithsonian, as relações e o confronto de perspetivas

entre a comunidade de antiquários e as instituições nacionais norte-americanas durante a segunda metade do século XIX (Capítulo 2). F. de Tomasio aborda algumas das dinâmicas oitocentistas do mercado de antiguidades romanas, através da correspondência entre Rodolfo Lanciani (La Sapienza, Università di Roma) e o General Charles G. Loring (Boston Museum of Fine Arts) (Capítulo 3). A. Weststeijn e L. de Gelder problematizam o papel das relações diplomáticas entre a Itália e os Países Baixos durante a década de 1950 na recriação das oportunidades de carreira no Real Instituto dos Países Baixos em Roma (Capítulo 4). A importância das redes internacionais entre arqueólogos é interrogada por T. de Armond, a propósito do papel de Antonín Salač na arqueologia clássica na República Checa durante o século XX, e por A. Gustavsson, que centra a pesquisa no diálogo entre Oscar Montellius e Pré/Proto-historiadores italianos (Capítulos 5 e 6). U. R. Hansson enfatiza como alguns traços da personalidade de Adolf Furtwängler – um acadêmico alemão especializado em arqueologia clássica – teriam interferido na aceitação/rejeição por parte da comunidade científica durante a segunda metade do século XIX (Capítulo 7). E. Arwill-Nordbladh, por sua vez, analisa um fenômeno semelhante, denunciando a influência das questões de gênero na carreira de Hanna Rydh, uma pré-historiadora sueca da primeira metade do século XX, cujo brilhante trabalho influenciado pela sociologia de Durkheim acabaria por não ter as repercussões expectáveis (Capítulo 8). O contributo de K. Sheppard está focado no início de carreira James Henry Breasted e na importância da sua integração na rede internacional de egiptologistas da segunda metade do século XIX (Capítulo 9). V. Mihajlović apresenta as estratégias de composição de uma rede de relações por parte de Felix Philipp Kanitz, e a sua importância na arqueologia da Sérvia durante o século XIX (Capítulo 10). J. R. Trigg aborda o antiquarismo inglês do século XVII, referindo-se à importância da figura de Robert Toope que, embora quase não tenha publicado, está presente no trabalho de outros antiquários, demonstrando, assim, o reconhecimento da importância das suas ideias por parte da comunidade (Capítulo 11).

Fazer um volume coletivo com contributos que discutem problemáticas tão distintas não é um trabalho fácil, podendo perder coesão pela diversidade de geografias, personagens e temáticas abordados pelos autores. Porém, tal

não é o caso. A leitura dos onze capítulos permite acompanhar as particularidades dos contextos históricos abordados e, simultaneamente, compreender a complexidade das dinâmicas de formação de comunidades em torno do saber arqueológico. Nesta medida, o trabalho de coordenação dos diferentes contributos foi exemplar, resultando numa unidade que respeita a diversidade dos casos de estudo, dando também os alicerces para uma perspetiva de síntese sobre como interagem as dinâmicas das comunidades e a produção do conhecimento em arqueologia. A propósito da diversidade dos casos de estudo, J. Roberts e K. Shepard referem o seu carácter limitado e circunstancial, salientando, a título de exemplo, um conjunto de atores e práticas que estão ausentes das discussões, sendo necessário prosseguir a investigação para preencher estas lacunas. Num certo sentido, este também pode ser o desafio colocado aos leitores, ou seja, usar a teia que as organizadoras e os participantes do volume teceram para reconhecer a ausência dos diferentes atores que tornam possível a prática arqueológica.

Communities and knowledge production in archaeology oferece a possibilidade de repensarmos as comunidades com que se faz arqueologia. Com efeito, o estudo da história da arqueologia corre o risco de naturalizar um conjunto de comportamentos de uma elite sócio-profissional – os arqueólogos – resultante do processo de disciplinarização, profissionalização e institucionalização da prática arqueológica. Ou seja, corre o risco de apenas dar voz a atores que, nestes processos, souberam usar a sua autoridade para consolidar a relevância social da arqueologia. Porém, na formação de tal autoridade há um conjunto de outros atores cujo papel é crucial compreender. Na Introdução, J. Roberts e K. Shepard dão o exemplo de trabalhadores locais frequentemente contratados pelos diretores de escavação, cujo testemunho é negligenciado; ou cujo contributo é um silêncio por explorar. Um silêncio que, muitas vezes presente em registos fotográficos de uma equipa anónima de trabalhadores, funciona enquanto condição para criar o espaço de protagonismo dos arqueólogos. Fica, assim, a imagem de uma comunidade onde o silenciamento parece ser a condição para edificar a autoridade da elite. Esta tendência começa a ser contrariada como expressa o crescente número de projetos de arqueologia pública, onde os arqueólogos são mediadores de diferentes vozes e

expectativas congregadas pelos vestígios arqueológicos. A este propósito, é de referir um estudo com uma orientação semelhante que está a ser desenvolvido em Portugal: *Vila Nova de São Pedro, de novo, no 3.º milénio – VNSP 3000* (Arnaud; et al.. 2017. *Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, 66-67, 7-17). Neste projeto, Andrea Martins, César Neves, José Morais Arnaut e Mariana Diniz promovem uma pesquisa deste emblemático sítio pré-histórico que contempla a recolha de relatos das diferentes pessoas que participaram nas campanhas de escavação realizadas nas décadas de 1930 e 1940 por Afonso do Paço e Eugénio Jallay. Esta documentação permite recuperar a memória de uma cooperação entre a comunidade dos arqueólogos e a comunidade local; uma cooperação da qual resulta, ainda que circunstancialmente, uma comunidade maior em torno da escavação do sítio arqueológico. Este projeto está comprometido com a edificação de uma outra perspetiva da história das intervenções arqueológicas do recinto murado de Vila Nova de São Pedro, na qual se mostra que a importância dos vestígios arqueológicos está para além da autoridade da elite sócio-profissional dos arqueólogos. Os relatos recolhidos mostram que a relevância dos vestígios é também construída pelo conjunto de outras vozes, cuja confluência com as vozes dos arqueólogos fez emergir este recinto do 3.º milénio a.C. na paisagem do século XXI.

Este livro desafia uma visão da história da arqueologia como uma oportunidade para compreender a vida em comunidade. A sua leitura permitirá ver a prática arqueológica como um entrelaçado de vontades que, no rizomático jogo em que emergem, fazem multiplicar as possibilidades de produzir conhecimento sobre o passado. O repto lançado pelas editoras, e pelos autores dos capítulos, permite, então, pensar nas múltiplas mãos que resgatam e cuidam dos vestígios do passado. Encontrar estas mãos, procurar a sua voz, é um contributo para imaginar e trabalhar no sentido de uma comunidade mais colaborativa e comprometida em conhecimentos do passado e sentidos para o futuro.

SÉRGIO GOMES

sergio.gomes@uc.pt

Universidade de Coimbra, CEAACP

<https://orcid.org/0000-0002-7990-9246>